

## **Do Departamento de Estado dos EUA**

### **Relatório aponta ocorrência de graves violações dos Direitos Humanos em Moçambique**

Bernardo Álvaro, 12 de Maio de 2016

O Departamento do Estado dos Estados Unidos da América divulgou o seu relatório sobre a situação dos Direitos Humanos em Moçambique referente ao ano de 2015. O documento foi distribuído na passada segunda-feira, 9 de Maio, e afirma que as mais recentes eleições presidenciais, legislativas e para as Assembleias Provinciais que decorreram em Outubro de 2014 e elegeram Filipe Nyusi e a Frelimo, foram caracterizadas por inúmeras irregularidades. O relatório diz que vários observadores nacionais e internacionais, incluindo o Centro Carter e a UE, deram a conhecer que as eleições de geral foram ordeiras, mas faltou transparência durante a contagem dos votos. O relatório cita alguns observadores nacionais e internacionais e organizações não-governamentais locais como tendo expressado preocupações com irregularidades das eleições, designadamente atrasos no credenciamento de observadores, quantidades excessivas de votos inválidos e uma quantidade excessivamente elevada de eleitores em alguns distritos, o que, na sua opinião, indica enchimento de urnas. O relatório diz também que as autoridades civis, por vezes, não mantiveram um controlo efectivo sobre as forças de segurança.

#### **Declaração de bens**

O relatório aponta que a legislação determina que o rendimento anual e património devem ser declarados ao Ministério da Administração Estatal por membros do Governo designados e eleitos, funcionários públicos de escalão superior, respectivos cônjuges e dependentes legais. A lei prevê multas se as declarações não forem feitas, contudo estas declarações não são públicas. Segundo o relatório, apenas 63 autoridades – das 700 a quem a declaração de património e rendimento é requerida – efectivamente o fizeram. A corrupção, incluindo a extorsão pela Polícia, também continuou generalizada, e a impunidade continuou a ser um problema grave. A Polícia exigiu regularmente documentos de identificação com o único objectivo de extorquir dinheiro.

## **EMATUM**

Sobre a dívida pública, o relatório diz que durante o ano em referência, continuaram as ramificações fiscais negativas da operação da EMATUM (uma empresa estatal de pesca de atum) em 2013, que estava directamente relacionada com a falta de transparência no processo de concurso público. A Frelimo continuou a dominar o processo político, como tem sido o caso durante os 40 anos desde a Independência. Os partidos políticos da oposição puderam actuar, mas, ocasionalmente, houve restrições a reuniões, prisões ilegais e outras interferências do Governo. É citado que o relatório de 2014 da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia criticou a parcialidade dos meios de comunicação estatais ou filiados no Estado. Segundo o relatório, Filipe Nyusi recebeu 62% da cobertura da televisão pública, enquanto os dois outros candidatos presidenciais dividiram os 38% restantes. A Frelimo recebeu 56% da cobertura; os outros partidos que concorriam para assentos no parlamento dividiram o restante. Os partidos da oposição e os seus dirigentes receberam cobertura negativa ou neutra, em comparação com a cobertura esmagadoramente positiva da Frelimo e da sua chefia. Sobre os Direitos Humanos, o relatório refere que os problemas mais significativos que têm vindo a registar-se no país incluem a privação da vida arbitrária ou ilegal; condições precárias nos estabelecimentos prisionais e centros de detenção, registando-se nomeadamente relatos de tortura; e a falha em salvaguardar os direitos políticos e a liberdade de expressão e de imprensa. Outros problemas de Direitos Humanos relatados foram: detenções por motivação política; interferência arbitrária na correspondência, restrições à liberdade de reunião e associação; corrupção e falta de transparência por parte do Governo; restrições nos direitos; estigma em relação a pessoas com VIH/ Sida; falta de protecção das pessoas albinas; tráfico de pessoas; e restrições aos direitos dos trabalhadores. Houve relatos de que o Governo ou os seus agentes perpetraram mortes arbitrárias ou ilegais. A maior parte dos casos implicava elementos das forças policiais. Por exemplo, em Março, os meios de comunicação locais relataram que um agente não identificado da Polícia da República de Moçambique disparou e matou um homem idoso, em Lichinga, por não ter apresentado uma licença para a sua bicicleta, quando essa licença lhe foi exigida. A 3 de Março, homens armados e encapuçados assassinaram um professor de Direito, Gilles Cistac, à luz do dia, no centro de Maputo, crime este que foi geralmente considerado como tendo sido cometido

por motivações políticas. Gilles Cistac afirmara publicamente que a Constituição previa a criação de “províncias autónomas”, contrariando, desta forma, a posição do partido dirigente, a Frelimo, de que a exigência da Renamo de regiões autónomas era inconstitucional. Embora Cistac não tivesse nenhuma filiação política directa na Renamo, os meios de comunicação independentes e elementos da oposição declararam publicamente que agentes do Governo ou da Frelimo eram cúmplices deste assassinato. Até Setembro passado, ninguém havia sido acusado pelo assassinato de Cistac.

**Canalmoz / 05 /ano 8 / número 1704**